GESTÃO DO CURRÍCULO NA ESCOLA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

IZAIAS AUGUSTO ELIAS

RESUMO

Este artigo trata do professor como gestor do curriculo e ao mesmo tempo como construtor onde ele faz a intermediação, escola, currículo, e o educando com foco no conteúdo específico da educação escolar tendo como objetivo subsidiar a discussão sobre a base nacional comum curricular. Para tanto, parte do próprio conceito de currículo situandoo em suas determinações sociais para tratar, em seguida, dos saberes que, direta ou indiretamente, entram na composição dos currículos formativos destinados a preparar os educandos para se inserir de forma ativa e crítica na vida social. Também fortalecendo o processo do cognitivo trabalhando comos temas transversais que são campos férteis para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade em concordância com as áreas do conhecimento, pois ao usar a criatividade de maneira a preservar os conteúdos programáticos vinculam-se aos contextos, que podem ter evidência prática na vida real, social e comunitária do aluno. Também faz uma análise dando uma ênfase no seu currículo - métodos e linhas pedagógicas desde a escola no período do Brasil Colonial, Brasil Reinado, República Velha, a Era Vargas, o Periodo da Democracia de 1946 a 1964, a Ditadura Militar, período de transição até nossos dias atuais

Palavras-chave: Currículo Escolar 1, Educação Brasileira 2. Parâmetros Curriculares Nacionais 3. Temas Transvessais 4.

RESUMEN

Este artículo trata del profesor como el gestor del currículo y al mismo tiempo como un constructor donde hace la intermediación, la escuela, el currículo, y el estudiante centrándose en el contenido específico de la educación escolar con el objetivo de apoyar la discusión sobre la base curricular nacional común. Con este fin, forma parte del concepto de currículo mismo, situado en sus determinaciones sociales para tratar, entonces, con el conocimiento que, directa o indirectamente, entra en la composición de los currículos formativos diseñados para preparar a los estudiantes para insertarse activa y críticamente en la vida social. También fortaleciendo el proceso de trabajo cognitivo como temas transversales que son campos fértiles para la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad en concordancia con las áreas de conocimiento, ya que al utilizar la creatividad con el fin de preservar los contenidos programáticos se vinculan a contextos, que pueden tener evidencia práctica en la vida real, social y comunitaria del estudiante. También hace un análisis enfatizando su plan de estudios - métodos y líneas pedagógicas desde la escuela en el período del Brasil colonial, el reinado de Brasil, la Antigua República, la Era Vargas, el período de la democracia de 1946 a 1964, la dictadura militar, período de transición hasta la actualidad

Palabras clave: - Currículo escolar 1. Educación brasileña 2. Parámetros Curricular Nacionales 3. Temas transversales 4.

INTRODUÇÃO

O currículo escolar funciona como um guia de todo o processo educacional, pois ele determina o caminho que os alunos vão percorrer na escola. Nele, estão organizados os conteúdos que serão estudados, bem como as atividades e competências a serem desenvolvidas.

Nas escolas da rede pública da cidade de São Paulo, temos o Currículo da Cidade busca alinhar as orientações curriculares do Município de São Paulo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define as aprendizagens essenciais a que todos os estudantes brasileiros têm direito ao longo da Educação Básica. O professores pode sim trabalhar projetos como tendo também os temas Transvessais com a interdisciplianriedade inserindo de forma seletiva assuntos que envolvem a sua realidade do cotidiano do educando.

A interdisciplinaridade faz a interação entre o entendimento das disciplinas nas suas mais variadas áreas, pois, abarcam temáticas e conteúdos permitindo dessa forma recursos inovadores e eficazes no processo de ensino e aprendizagem. O professor é o construtor e gestor do currículo escolar, e para a construção de uma prática pedagógica mais efetiva, os professores precisam ter espaço e tempo para estudos metódicos e reflexões sobre a prática com base nas teorias. Assim, favorecerá o surgimento de novas possibilidades didáticas para significar o ensino e levar o aluno à concepção dos conteúdos ensinados na escola. A interdisciplinaridade surge como uma alternativa para a não fragmentação do conhecimento, como um modo de dar significado aos conteúdos abordados em sala de aula, contribuindo para a formação integral do cidadão, tornando-o um ser crítico e reflexivo.

A BNCC, portanto, é um documento de caráter normativo. Ou seja, que define os conteúdos essenciais que todos os estudantes devem aprender.

Como dissemos, o currículo escolar é adaptável, ou seja, construído ao longo do período letivo. O que tem o objetivo de atender às necessidades dos alunos e ao Projeto

Político-Pedagógico da escola. Ele é muito importante no processo de aprendizado, pois serve como guia para o trabalho dos educadores.

Os Parâmetros é um instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas na escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático. E por meio deles, estar contribuindo para a atualização profissional que é um direito e, um dever do Estado

BREVE HISTÓRICO DO CURRICULO NA EDUCAÇÃO BRASIELIRA.

Os jessitas, também foram os primeiros professores no Brasil Colonial. O método de ensino utilizado pelos jesuítas era principalmente livresco, com pouco o nenhum sentido prático. O cultivo da língua nativa e das Humanidades contrastava com o, nem sempre, ajustado, mas Latim. Possuíam outras missões, sendo estas estabelecidas pelos Regimentos ditados por D. João III, os mesmos que enviaria a expedição de Tomé de Souza para o Brasil, este documento determinava que os jesuítas deveriam:

- Levar o catolicismo para as Américas;

- Catequizar os índios americanos, de forma a "salvar suas almas";

- Construir e desenvolver escolas católicas.

As Idéias pedagógicas no Brasil Colônia.

Segundo SAVIANI (2010), pode-se dividir a educação do Brasil colônia em dois períodos, o primeiro, denominado Pedagogia Basilística abrange o período de 1549 á 1570, no qual se tem dois marcos histórico: a instituição do governo geral no Brasil e a Carta Régia de Dom Sebastião que garantia a liberdade aos índios, respectivamente. No segundo período instaura-se no Brasil a Pedagogia Jesuítica, a qual é extinta após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1789.

A Pedagogia Basilística (1549-1570).

Elaborada pelo Padre Manoel da Nóbrega, tinha como objetivo uma maior aproximação com os indígenas, portanto seu plano de ensino estava baseado no ensino de língua portuguesa para os indígenas, seguido de ensinamentos da doutrina cristã. Eram ainda oferecidas disciplinas complementares: o canto orfeônico e a musica instrumental. O Ensino profissional estava baseado na agricultura, e aos que caminhariam para o ensino superior, estudariam na Universidade de Coimbra, á gramática latina.

"[...] Nóbrega buscava implantar seu plano de instrução sob 'uma extensa cadeia de colégios nas povoações litorânea, cujos elos seriam o colégio da Bahia ao norte e o de São Vicente ao sul.' (MATTOS,1958. p.83) [...] pretendia estender uma nova cadeia de colégios ao longo do interior do Brasil, chegando até o Paraguai." (SAVIANI, 2010; 43)

Dentro deste plano ainda se destaca o Pe. Anchieta, que utilizou-se da língua geral, ou do tupi-guarani para se comunicar no Brasil, tanto com os índios quanto com os colonos, seu principal feito foi organizar uma gramática que seria utilizada nos trabalhos pedagógicos que foram instaurados nas novas terras.

Este plano não funcionou, primeiramente porque sua aplicação foi precária e em segundo lugar por ter encontrando divergências dentro da própria ordem, surgia então uma nova proposta, esta que traria ao ensino jesuítico a sua "fase heróica".

Pedagogia Jesuítica (1599 - 1759).

A pedagogia Jesuítica é marcada pela Ratio Studiorum, publicado em 1599, era um plano geral de estudos que deveria ser implantado em todos os colégios da ordem jesuítica e que acabou por desenvolver um importante papel na pedagogia moderna. Na visão de SAVIANI (2010) era um plano universalista e elitista que acabou sendo voltado mais aos filhos de colonos do que aos índios, talvez isto tenha ocorrido devido ao processo de liberdade aos indígenas, que vinha sendo instituído desde 1570 através da Carta Régia de Dom Sebastião.

Inicialmente a Ratio Studiorum era baseada em duas correntes, o Modus parisienses, por ser referencia no aprendizado da gramática e língua latina, e no Modus itálicos, um método que não diferenciava o mestre do discípulo e não seguia um programa, e que possui disciplinas independentes. Com o passar dos tempos foi se estruturando de acordo com o Modus parisienses, este fato tem como marco o ano de 1509, quando foi introduzida a divisão dos alunos de acordo com a idade, o colégio que adotou este procedimento foi o Colégio de Montaigu.

Sobre o Modus parisienses podemos agregar que este era estruturado no Lectio, ou seja, na escolha de assuntos a serem estudos, na Disputatio, que seriam exames sobre os assuntos estudados e, por fim nas Repetitiones que como o próprio nome já diz, são exercícios de repetições dados pelos alunos.

Com a regulamentação do funcionamento das instituições educativas em 1548, a Ratio era instaurada como documento matriz do ensino jesuítico, composta por 467 regras, todas divididas em subitens.

Abordam regras para as províncias, para o reitor, prefeitos de estudos superiores e inferiores, professores das faculdades superiores e classes inferiores, aos estudantes

da Companhia, e aos externos a ela, aos bedéis e as academias, dentre outras.

Com relação aos objetivos da Ratio Egídio SCHMITZ (1994) afirma:

"[...] só podem ser alcançados através do trabalho e da cooperação dos homens, não apenas professores, mas todos envolvidos no processo da educação: professores, administradores, alunos e pais. Sem esta colaboração íntima e contínua, o resultado alcançado será muito pequeno" (SCHMITZ, 1994; 99)

Instaurava-se a figura de um reitor e de um prefeito geral de estudos para organizar os estudos, ouvir e observar os professores. Essa organização dos estudos foi dada em dois planos: Estudos inferiores: curso de humanidades, onde eram trabalhadas as disciplinas de retórica, humanidades e gramática, superior, média e inferior.

Estudos superiores: Divididos em três anos compreendia os cursos de Filosofia e Teologia. Sendo assim distribuídos: 1º ano – lógica e introdução as ciências; 2º ano

– cosmologia, psicologia, física e matemática; 3º e último ano – Psicologia, metafísica e filosofia moral.

No ano de 1759 os jesuítas são expulsos do Brasil, deixando a educação a encargo do Estado, como desejava Marques de Pombal, o qual vinha sendo influenciado pelas idéias iluministas da época e pelas idéias pedagógicas de Rosseau e Kant.

A Educação no Período Imperial (1822-1889)

Após a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da educação, ficando a classe pobre relegada a segundo plano, enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios.

O objetivo fundamental da educação no Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso,

ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (Piletti, 1991, p. 41).

Em 1823, foi instituído o Método Lancaster ou "ensino mútuo", em que, após treinamento, um aluno (decurião) ficaria incumbido de ensinar a um grupo de dez alunos (decúria), diminuindo, portanto, a necessidade de um número maior de professores.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, "a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos". No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente.

O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

O Contexto Educacional Durante a Primeira República (1889-1930)

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite, é herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava.

O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que, no cenário real, estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios.

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite, é herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia

Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava. O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que, no cenário real, estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios.

Como é evidente, o Estado de São Paulo se destacava pelo maior investimento na área educacional. Porém é preciso ter em mente que a sua luta contra o analfabetismo, por meio da Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacional do Brasil (1917), esta última com sede em São Paulo, representava consubstancialmente não o desejo de oferecer às camadas populares oportunidades iguais de desenvolvimento, mas sim o desejo de parte da emergente burguesia de afrontar a enraizada política oligárquica. Era preciso aumentar o contingente eleitoral, uma vez que o analfabeto era proibido de votar. Por essa razão, as lutas contra o analfabetismo se intensificaram, pois ele era tido como fator preponderante na perpetuação das oligarquias no governo; a alfabetização, então, era útil às transformações político- eleitorais. Sem deixar de considerar que era necessário também preparar as pessoas para a nova ordem econômica.

Contudo, não havia uma rede de escolas públicas organizada, respeitável; as poucas que existiam nas cidades, eram destinadas ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias, e o professorando não tinha qualquer formação profissional.

A Educação Após a Revolução de 1930 (1930-1937)

A Revolução de 1930 criou uma efervescência ideológica que operou

importantes discussões e transformações no campo educacional; parecia que o país tinha realmente acordado para a importância da educação e para a necessidade de garantir a todos esse direito. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador.

A Educação Durante o Estado Novo (1937-1945) e o Governo Populista (1945-1964)

As discussões e reivindicações do período anterior e as conquistas do movimento renovador, expressos na Constituição de 1934, são consideravelmente enfraquecidas e até em alguns casos suprimidas pela Constituição de 1937. Segundo Ghiraldelli Jr. (1994, p. 81),

Os Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Parafraseando Ghiraldelli Jr. (1994), o Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar- se apenas o ensino profissionalizante.

Com o fim do Estado Novo, o país retornou à normalidade democrática e passou a adotar uma nova constituição. Na área educacional, o texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934 e suprimidos pela do Estado Novo.

Até a aprovação da LDBEN de 1961, foram 13 anos (1948-1961). Durante esse período, a luta pela escola pública e gratuita intensificou-se. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam a ampliação e a melhoria do atendimento escolar para que, de fato, o direito constitucional "a educação é um direito de todos", fosse consolidado.

A Educação Durante o Regime Ditatorial (1964-1985)

A educação antes do Período Ditatorial, com as ideias de universalização e democratização, nunca conseguiu consolidá-las, nesse período ela se distanciou mais desse ideal, pois se pautou na repressão, na privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais.

A educação passou a atender ao regime vigente e, de modo geral, visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante todas as arbitra-

riedades que lhes fossem impostas.

O ensino técnico oferecido para as classes populares delineou muito bem a sua função na sociedade: atender exclusivamente as necessidades do mercado, o que frearia as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites.

A Educação Brasileira de 1985 à Atualidade

Nos últimos 28 anos foram promovidas grandes modificações na educação brasileira. Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição, que "cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos fins e aos princípios norteadores" (Santos, 1999, p. 31).

Dentre as principais mudanças no âmbito educacional, Aranha (1996, p. 223) destaca:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito;
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos;
- Valorização dos profissionais de ensino, com planos de carreira para o magistério público.

Com base na nova Constituição, foi criada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996. A Carta Magna e a nova LDB dão suportes legais para que o direito a uma educação de qualidade seja realmente consubstanciado, assegurando a formação integral do indivíduo e a sua inserção consciente, crítica e cidadã na sociedade.

Em 1996, o Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais, estabelecendo diretrizes para estruturação e reestruturação dos currículos escolares de todo o Brasil, em função da cidadania do aluno e de uma escola realmente de qualidade. Contudo, ainda falta muito para que o texto legal realmente se consolide. Por mais que tenha evoluído, a educação brasileira ainda apresenta características reacionárias e alienantes, contribuindo para a formação de seres passivos, eximindo-se de compromisso de formar cidadãos ativos e conscientes. Como afirma Rodrigues (1991, p. 35), incapaz de ampliar e organizar a consciência crítica dos educandos, essa educação se converte em inutilidade formal, ainda que recheada de discurso sobre a importância e o valor de conhecimento crítico e de atenções proclamada de se fazer educação política.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968, mantém vários programas que objetivam proporcionar mais autonomia às escolas, suprir as carências e oferecer aos alunos melhores condições de acesso e permanência na escola e de desenvolvimento de suas potencialidades. Estes são alguns deles:

- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE);
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM);
- Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e

Adultos (PNLA); e

- Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), entre outros.

Com a finalidade de democratizar o acesso ao Ensino Superior, em 2005 foi aprovada a Lei nº 11.096, que instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos em instituições de ensino superior particulares a estudantes de escolas públicas de baixa renda e/ou estudantes de escolas particulares na condição de bolsistas utilizando como referência a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As bolsas podem ser parciais, com descontos de 25% ou 50%, e integrais. Também foi criado o Sistema de Seleção Unificada – Sisu, que visa substituir os exames tradicionais das universidades públicas; criado pelo Governo Federal, seleciona estudantes com base na nota do Enem, assim como o ProUni; dentro dele, as vagas estão divididas em ampla concorrência e as cotas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, entre outros aspectos.

Em 2007, foi promulgada a lei do Fundeb, que se caracteriza como a maior fonte de recursos destinados para a educação; eles são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais estabelecido pelo Censo Escolar.

Em março de 2007 houve o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que, por meio de inúmeros programas, objetiva suprir as deficiências e carências da educação brasileira e superar um estágio de educação ainda limitado.

Leis e projetos que visam sanar as deficiências da educação brasileira não faltam. Falta efetivação séria, que de fato minimize a distância entre o texto legal e o real. É sa-

bido que o processo é lento, e enquanto as leis não proporcionam mudanças realmente satisfatórias as escolas públicas continuarão apresentando sucateamento e condições de ensino e aprendizagem decadentes. Falta estrutura física adequada das escolas, faltam recursos materiais e pedagógicos, falta valorização dos professores, capacitação etc. Essas condições, entre tantas outras, impedem que o Brasil suplante a herança de uma educação deficiente e excludente para enfim escrever a nova história de uma educação libertadora, gratuita, universal, democrática e de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a educação por muito esteve a servir a classe dominante, fortalecendo as elites, um governo, repassando as suas incubencias para as províncias depois Estados descomprometido com a educação, direito enfraquecendo não havia comprometimento com as classe popular, com isso criando entraves, desvalorizando e fazendo o melhor para a uma elite dificultando para os desfavorecidos, o poder publico não queria ter a obrigação de oferecer a educação escolar, principalmente para a classe popular.

O professor, não basta ter experiência – elemento que só se adquire no cotidiano da profissão, ou seja, um professor iniciante teria de enfrentar óbices ao seu ofício –, não basta ter cultura e não basta ter domínio de conteúdo. Esses elementos precisam ser acompanhados de uma capacidade técnica, de um saber-fazer, para a transposição didática, que consiste, basicamente, em transformar os conhecimentos que são selecionados no interior de uma tradição cultural em conteúdos cognitivos que possam ser ensinados e aprendidos. E é essa capacidade que, a nosso ver, dá o tom da especificidade da docência: a transformação do conhecimento em conteúdos escolares, meio da transposição didática, se efetiva nos métodos de ensino. E este é um desafio aos cursos de formação inicial de professores: abordar métodos de ensino que melhor respondam à nossa sociedade contemporânea, sem prescindir de uma compreensão histórica de sua gênese e desenvolvimento, bem como ensejar uma compreensão mais contextualizada e que não incorra na adoção de receitas prontas e mero ensino de técnicas isoladas. Essa melhor resposta não se reduz a mera adequação da escola às demandas atuais, mas, sobretudo, ao reconhecimento de que a escola muda a medida em que a sociedade muda, a escola está imersa no processo histórico da humanidade.

A reflexão da prática docente deve ser feita através de reuniões com todo o grupo da escola, direção, coordenação, orientação, psicopedagoga, psicóloga, professores, dentre outros profissionais, ligados à rotina da instituição e de sala de aula.

Cabe a cada instituição se organizar nesse sentido, pois a escola que não promove momentos de reflexão do Currículo da prática docente causa uma relação duvidosa entre docente, alunos e conteúdos a serem ministrados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, mais conhecidos como PCN, é uma coleção de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa.

Esse material foi elaborado a fim de servir como ponto de partida para o trabalho docente, norteando as atividades realizadas na sala de aula.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Ideologia e currículo. São Paulo: Brasiliense, 1982. . Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: Elaboração de trabalhos de graduação. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: . História da Educação. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

. História da educação e da pedagogia. São Paulo: Moderna, 2006.BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia: Um guia para a iniciação cientifica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

ANDREOTTI, A.L. (org.) História da Administração Escolar no Brasil. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

ARRANHA, M. L. de. História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil.3ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Brasil no Século XX: o desafio da educação. In: . História da Educação. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BELLO, Luiz de Paiva. História da Educação no Brasil. Disponível em:

http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: . Acesso em: 08 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2014. Dis-